

A REGENERACÃO.

JORNAL DA PROVINCIA DE SANTA CATHARINA

ORGAM DO PARTIDO LIBERAL.

ASSIGNATURAS:

ANNO	PARA A CAPITAL	R\$ 96000
SEMESTRE	PARA FORA DA CAPITAL	R\$ 53000
ANNO	PARA A CAPITAL	R\$ 108000
SEMESTRE	PARA FORA DA CAPITAL	R\$ 55000

REDACTORES PRINCIPAES:

Dr. DUARTE PARANHOS SCHETEL e BACHAREL Luiz Augusto Chiappo.

ANNO III. N. 219
QUINTA-FEIRA 27 DE OUTUBRO DE 1870

PUBLICA-SE 3^{as} QUINTAS-FERIAS E DOMINGOS
ANEXO A 40 REIS POR LINHA.
POLPA AVULSA 200 REIS.

EXTERIOR.

Varias notícias da Europa.

(Reforma.)

Da Correspondencia de Portugal compilamos as seguintes notícias:

Continua a guerra a todo o transe.

Começou o assedio de Pariz. Tratou-se de negociar a paz ou pelo menos um armistício, como meio preliminar; mas nenhum d'este factos se pode realizar.

Resumiremos em primeiro lugar os ultimos acontecimentos bellicos. Depois das batalhas de Sedan os exercitos prussianos empregaram alguns dias a reorganizar os seus quadros, a preparar a sua marcha, a prover-se de matigas, a providenciar sobre o abastecimento das tropas com o metodo e

os resultados estatisticos. A avanguarda que Pariz por diversos caminhos no seu total talvez não ultrasse 600.000 homens, considerando que havia que descontar os soldados que permaneciam na fronteira entre França e Alemanha.

As suas operações estatisticas, a ex-

tinhas notícias da Pariz quasi isolado do resto da França, porque as tropas prussianas ocupam todos os pontos importantes na proximidade da capital por todos os lados, posto que o cerco completo seja cosa difficult, e que até este momento não consta que dirigissem nenhum ataque contra as fortificações.

No entanto as praças fortes da Alsacia e da Lorena, a heroica Strasbourg, Phalsburgo, Metz e o seu campo intreinheirado com o exercito de Bazaine, resistiu ao assedio. A praça de Toul rendeu-se finalmente depois de uma brillante defesa, e alguns dos ultimos telegrammas, de origem prussiana, dizem que uma das obras avançadas de Strasbourg, um rovelim, foi tomado, e que se espera dentro em tres dias a rendição da praça, o que aliás pode ser exacto.

Que probabilidades oferece ainda a guerra em face da Pariz? — Compreendendo-se que seu brio, parecerá que é destruído, e isto por insuficiencia de elementos de o dizerem.

As suas operações estatisticas, a ex-

tinhas notícias da Pariz quasi isolado do resto da França, porque as tropas prussianas ocupam todos os pontos importantes na proximidade da capital por todos os lados, posto que o cerco completo seja cosa difficult, e que até este momento não consta que dirigissem nenhum ataque contra as fortificações.

Pariz é um semipamento, os bosques foram cortados, os jardins são ocupados pelo grande quantidade de gado, que foi mandado recolher para o abastecimento da cidade. Toda a gente inutil saiu da capital. De todas as famílias abastadas só ficaram os homens que pela sua idade são chamados a pegar em armas. Em compensação, dos arredores da capital recolheram-se aos seus muros todas as famílias dos camponezes com o seu gado e com os seus moveis e riquezas. As sumptuosas casas e jardins situados em torno das fortificações de Pariz foram arrasadas. A gente armada na cidade, alguma tropa de linha, guarda nacional, guardas mobilizadas, guarda republicana, deve andar por 300.000 homens. Porém nem toda esta gente é disciplinada, nem unida, nem sympathética a toda a população. O partido exaltado, os interesses da domocracia tecem as armas de mão, e quem sabe o que se passará quando o batalhão?

Os últimos telegrammas que aqui se receberam antes das traições as comunicações regulares para fora de Pariz deixaram perfeitamente Maria Re-

Dizia um destes telegrammas que tinha havido graves desordens, tendo sido morto o general Trochu, o presidente do governo, e que a burguesia aterrada tinha feito entrar os prussianos. Esta notícia era falsa. Um telegramma posterior dava cauhoneio pesado o fuzilaria nas ruas de Pariz. Esta notícia, dada provavelmente pelos sitiantes para Londres, não se tem até este momento verificado. Mas de tudo isto o que seprehende é que não se concordia dentro de Pariz, e este facto, a verdadeiro, impossibilita toda a defesa eficaz.

Antes de Pariz cercado foi para Tours um dos membros do governo, o ministro da justica, o Sr. Crémieux, e depois o Sr. Glais Bisoin, também membro do governo e o almirante Fourichon, ministro da marinha, para apresentarem a proposta das provinhas. O certo é que o ministro foi também para Paris, e o dos ministros dos Estados Unidos da Belegica e da Suíça, que ficaram junto do governo de Pariz. Um dos actos do governo foi prorrogar por mais trinta dias, a convocação de 14 de outubro, o prazo para o pagamento das taxas ou

de que o exaltado, o chauvinismo

usurpar uma comuna de cidadão

político para substituir o governo. Por

umas vozes parece que alguns grupos

populares tentariam apoderar-se da

prefeitura. O cidadão Millet, o mes-

mo que no tempo do imperador orava

nas reuniões públicas contra o governo

daquella época, continua dando con-

tra o actual governo republicano, e pro-

vavelmente continuaria orando contra

os governos que podessem suceder-se

até chegar ao comunismo e à republi-

ca-vermeia, se as coisas para ali ca-

minhassem. São más estas sympto-

mas. Nos ultimos dias tem vindo te-

legrammas que se tem reconhecido se-

rem inexactos em quanto aos factos que

davam como positivos, mas que é pos-

ível terem tido algum fundamento.

Thiers que foi mandado a Londres pelo governo de Pariz, já regressou a Tours e diz-se que tentou a S. Petersburgo, porém as potencias que imediatamente tiveram feito diligências diplomáticas a favor de Pariz, tem apressado a ostensivamente como meios, para que não podessem articular-se a sua negociação da Prussia que declarou que desejava negociar a paz directamente com a França.

Recebem-se estes telegrammas:

"Berlim, 19 de Setembro.—Quanto a considerar ainda Napoleão como Imperador, declara a Prussia aos diferentes estados da Europa e aos candidatos no trono da França, que reconhecerá todo e qualquer governo que aceitar as propostas de paz. E co-

na república, mas é de dizer que esta proposta, também a Prússia desejaria, para engrangar a república. Na verdade a Prússia é uma absurdade que se tratava com a regraria, e é isto terminalmente refutado pelo orador social-unionista o *Norddeutsche Zeitung*, que declara que a Prússia tratou com qualquer governo que lhe oferecesse suficientes garantias acerca da paz.

Berlim, 19 de Setembro. — O Sr. Julio Farre perguntou por via de Londres, ao chanceler da Confederação Germânica do Norte, se o estado do Bismarck iria receber-lá no quartel-general do rei em Meaux para entrar em negociações. O conde de Bismarck respondeu afirmativamente também pelo mesmo canal.

Hamburgo, 19 de Setembro. — Publicou o senado um decreto do general Vogel de Zukenstein, no qual diz que, bem que a França se tivesse levantado o bloqueio do mar do Norte, continuaria a entrando em vigor em consequência da guerra as medidas até então tomadas.

França, 28 de Setembro. — As vanguardas prussianas haviam cortado porto de Cambrai o caminho de ferro que leva ao Havre.

Os telegrammas dos departamentos que continuam com força os armamentos.

Setembro 19. — Resolvem o governo construir um sistema completo de barreiras, que fornaria um segundo recinto em terra de Paris. O Sr. Rochefort havia sido nomeado presidente da comissão incumbida da organização do plano.

Publica o *Jornal Oficial* um protesto de *Instituto de França* contra o eventual bombardeamento das livrarias, monumentos e museus.

Diz o *Gaulois*, que 109 aulanes tinham ocupado Versailles.

Numerosas avançadas prussianas haviam sido mortas ou aprisionadas pelos guardas moveis e franceses-atiradores nos arredores de Pariz.

Acredita-se que os prussianos atacaram a capital pelo lado de Sueste, entre Charenton e Charnart, e estabelecerão em Versailles o seu quartel-general.

No dia 28 elegerá a cidade de Pariz um conselho municipal de 80 membros.

(Continua.)

INTERIOR.

Correspondência do Rio de Janeiro.

Corte, 21 de Outubro de 1870.

A atenção pública foi nesta corte por alguns dias absorvida com a ques-

ta das duas frezas que se fere pela exaltação francesa.

Contudo entrou o povo de novo o governo comata medidas energicas para oppôr-se pela força à saída dos dois navios capturados, e que, em consequencia da discussão havida entre o ministro francês e o brasileiro, estavam alteradas as relações de boa inteligencia e amizade.

Pareceu dar razão a semelhantes boatos, o facto de estarem alguma das casas de guerra nacionais com fogo fechado nas maquinas, velame encerrado, e profitos a saírem ao primeiro sinal.

A canhoneira nacional que servia de escola ao Imperio Marinheiro suspendeu e foi coliguer-se para a prola dos dois navios apresados.

Hontem o *Diário Oficial* divulgou as apprehensões existentes, com a seguinte declaração:

Rio de Janeiro, 20 de Outubro de 1870.

São destituídos os fundimentos que quer bonsos de aluguel entre o ministério de negócios estrangeiros e a legação da França por causa das premissas *Lucie* e *Vogelzindia*.

Estes dois navios alemães foram capturados pela canhoneira da marinha francesa *Hamelin*, e conduzidos para este porto.

O captor susentou-se sem deixar tripulação a bordo delles, e pondo na impossibilidade de surpar haver destruído o prazo.

A preterição desses deveres não a alguns incidentes em relação ao auxílio e neutralidade brasileira.

A discussão havida entre os aliados as relações de boa inteligencia e amizade entre os dois Estados.

O governo imperial procedendo com criterio, que cumpe, adoptou resoluções que harmonizam a execução de seus direitos com a comprehensão moderada.

As pressas entraram-se do porto nos termos de respectiva intimação.

O governo do Brasil fará valer seus direitos perante o governo da França.

A canhoneira *Hamelin* que isso tem no que faltou a seus leiters não será recebida nos portos do Imperio durante a guerra actual entre a França e a Prússia.

O conselheiro Zacharias de Góis e Vasconcellos não aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

S. Ex. em carta assinada, publicada na *Reforma*, promete apresentar, dentro de poucos dias, os motivos que o levaram a recusar tão honrosa nomeação.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

aceitou a demissão do conselheiro de Estado.

— O governo socialista, que

naquele dia se realizou, não

